

## Capacidades estatais em direitos humanos: *policy brief*



**5 países**  
**0,85 média**  
 Human Rights index\*

*Benchmarking* de países selecionados através da similaridade de circunstâncias socioeconômicas e classificação em ranking internacional de direitos humanos. Foram selecionados 5 países – **África do Sul, Austrália, Canadá, Chile, México** – e comparadas as informações relacionadas a estruturas administrativas, financiamento e resiliência da área, governança e articulação organizacional, participação social,

monitoramento e transparência das ações, educação e capacitação em direitos humanos.

Apesar das diferenças originadas pela natureza das organizações em cada território, notou-se a presença de comissão nacional independente, órgãos de suporte ao acesso à justiça pelos grupos minoritários e atuação multinível de governo em todos os países.

### Estrutura organizacional



Apenas o Canadá apresenta legislação nacional abrangente quanto aos temas de direitos humanos. Os demais países possuem legislações que criam comissões específicas para o atendimento das necessidades de cada grupo populacional.

Planos nacionais abrangentes foram criados pela Austrália e Chile. Os demais países buscam transversalidade com outras ações de promoção de direitos humanos. Todos os países selecionados aderiram a iniciativas internacionais, como o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP).

O **financiamento** das ações é realizado por orçamento nacional destacado, complementado por fundos específicos e contribuições de outros níveis de governo. As comissões independentes, por sua vez, são financiadas por subvenções governamentais.

### Financiamento

#### Execução das ações

orçamento destacado  
 fundos específicos  
 contribuições de outros entes

#### Comissões

Subvenções governamentais





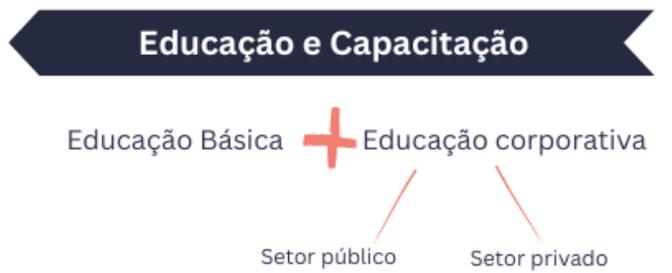
A **governança multinível** foi identificada em todos os países, sem clareza da caracterização dessa articulação quanto à distribuição das atribuições entre os níveis na Austrália e África do Sul. A articulação interinstitucional foi pontuada em áreas como educação, saúde e trabalho.

A participação social está presente em todos os países pesquisados, seja por consultas públicas, pesquisas ou conferências temáticas para formulação de políticas. Colaboração com organizações civis e fundações estão presentes nas áreas de capacitação e atendimento às vítimas. Canais de denúncia estão presentes em todos os países investigados.



A transparência e o monitoramento se expressam pela disponibilização de portais com informações de acesso aos serviços e estatísticas, assim como de relatórios de avaliação (Austrália e México). A Austrália ainda reporta submeter-se à Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.

Enquanto medida fundamental para a transformação da sociedade, a educação e capacitação para inclusão é operada nos países por meio de convênios com a sociedade civil e pelos níveis de governo para atender às necessidades na educação básica e na capacitação profissional do setor público e privado.



Este trabalho foi elaborado por Fernanda Borges Serpa, Tamille Sales Dias e Vanessa Gubert a partir do relatório de evidências "Capacidades estatais em Direitos Humanos: benchmarking", desenvolvido por Gêssica Cardoso Pereira de Souza; Jaime Macedo de Brito Bastos; Célio Henrique Pereira Belmiro; e Lorenzo Luiz Bianchi.

O estudo é resultado de parceria entre o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e a Diretoria de Altos Estudos da Enap, por meio do serviço "Evidência Express" da Coordenação-Geral de Avaliação e Organização de Evidências.

Para mais informações, entre em contato: [evidencia.express@enap.gov.br](mailto:evidencia.express@enap.gov.br)



Accesse o estudo completo aqui